



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DEREK DIÓGENES FARIAS QUEIROZ**

**“A URNE NÃO FICARÁ ÓRFÃ”: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA  
ESTADUALIZAÇÃO DA URNE**

**CAMPINA GRANDE  
2019**

DEREK DIÓGENES FARIAS QUEIROZ

**“A URNE NÃO FICARÁ ÓRFÃ”: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA  
ESTADUALIZAÇÃO DA URNE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**Orientadora:** Prof. Dra. Patrícia Cristina de Aragão.

**CAMPINA GRANDE  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

Q3u Queiroz, Derek Diogenes Farias.

"A URNE não ficará órfã" [manuscrito] : a participação dos estudantes na estadualização da URNE / Derek Diogenes Farias Queiroz. - 2019.

35 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Movimento Estudantil. 2. URNe. 3. UEPB. I. Título

21. ed. CDD 370.009

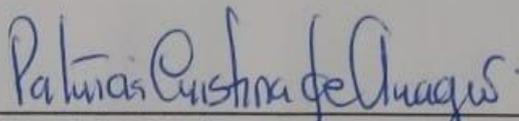
DEREK DIÓGENES FARIAS QUEIROZ

**A URNE NÃO FICARÁ ÓRFÃ: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA  
ESTADUALIZAÇÃO DA URNE**

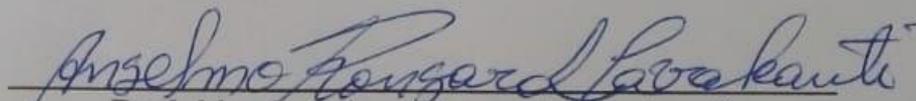
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento do Curso  
de História da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciado em  
História.

Aprovada em 19/06/2019:

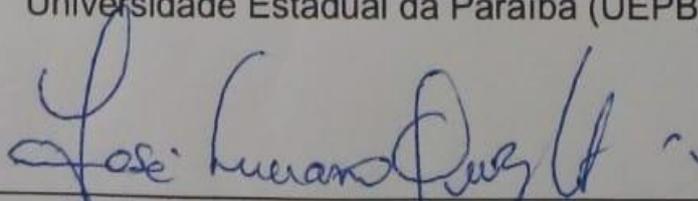
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo. (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Anselmo Ronsard Cavalcanti  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Luciano Queiroz Aires  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Mariah Ferreira Farias, bússola para minhas decisões e  
razão do meu ânimo todos os dias.

[A Universidade] há que se pintar de negro, de mulato, de operário, de camponês; há que se descer até o povo, há que se vibrar com o povo, [...] Quando isto for alcançado, ninguém perderá, todos terão ganhado. (Ernesto Rafael Guevara de la Serna).

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi forjado dentro da luta estudantil universitária, a qual participei ativamente dentro do Movimento Correnteza e da União e Juventude e Rebelião – UJR, em defesa de um ensino público gratuito e de qualidade em todas as áreas, pois, assim como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Milton Santos e tantos outros estudiosos do nosso país, acredito que só com educação é que o ser humano se emancipa, se liberta e se evolui. Esse trabalho é minha obrigação e agradecimento de cidadão a toda sociedade brasileira que mesmo sofrida e roubada persiste e irá vencer.

Não poderia ser diferente agradecer primeiramente a Deus por tudo, mas, principalmente por ter me dado à oportunidade de assumir minha principal missão que é ser PAI, agradeço Ele ter trazido **MARIAH FERREIRA FARIAS** ao mundo, pois Ela é o principal motivo, não só deste trabalho, mas de todo o meu esforço para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao meu Pai Diógenes de Queiroz Lima, por ter me dado todo carinho e atenção que me faz transmitir a todos independentemente de cor, raça, crença religiosa ou orientação sexual, pois ele me ensinou a ser humano. Hoje se me admiram como Pai e pelo afago que tenho pelas pessoas, foi exemplo Dele.

A Elvys, por ter sido além de irmão e pai, um amigo e psicólogo. A Flávia, que sempre foi literalmente outra mãe e me deu o presente de Maria Luiza, Ana Leticia, Larissa e Júlia que formam o quarteto perfeito. A Claudinalle, que foi o exemplo de intelectualidade e amorosamente me forçou a estudar, muitas vezes pagando meus estudos, com a intenção de que eu passasse por esse estágio que aqui estou. A Daniella grande amiga que apesar da distância me dá o denço que as vezes precisamos. A Ellys que sempre esteve “no meu pé” em relação a todos os aspectos da vida para que eu me tornar-se um homem íntegro. A Wenddel irmão mais próximo que me mostrou como é possível qualquer um dar a volta por cima e com todos os obstáculos se reerguer.

Agradeço aos Camaradas Tiago, Wilton, Paulo e Jardel pela formação política, crítica e de humanização, me mostrando que com Unidade Popular é possível existir uma sociedade sem amos. A Pr<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Patrícia por toda orientação e conversas que afastavam o nervosismo. Aos Professores Luciano e Anselmo que

aceitaram prontamente o convite de formar a banca. A Evellyn, que analisou e corrigiu minhas garfes textuais. Meu muito obrigado.

Agradeço mais uma vez a Deus por dar discernimento e muita paciência a Pauline Felinto dos Santos (Pah), minha companheira de vida e trajetória, que divide as 24 horas do dia comigo, rindo e chorando, mas sempre nos amando.

Tentei adiar as lágrimas de alegria, coisa impossível, para agradecer uma Mulher, Guerreira, Empoderada, Livre e a MELHOR MAINHA, que, como já falei pessoalmente, nem o câncer conseguiu dobrar, um exemplo de mulher nordestina, que enfrenta e vence os obstáculos. OBRIGADO RUTH FARIAS LIMA!

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Congresso de Reconstrução da UNE .....	13
<b>Figura 2</b> – Início da construção do campus da Universidade Estadual da Paraíba .	17
<b>Figura 3</b> – Construção da Universidade Estadual da Paraíba .....	18
<b>Figura 4</b> – Entrada da Universidade Estadual da Paraíba .....	19
<b>Figura 5</b> – Complexo da Universidade Estadual da Paraíba. ....	20
<b>Figura 6</b> – Solenidade de abertura do semestre 1987/1 .....	24
<b>Figura 7</b> – Manifestação pró-estadualização. ....	25
<b>Figura 8</b> – Matéria do Jornal A União sobre a estadualização .....	26
<b>Figura 9</b> – Encontro da Comissão de Estadualização .....	27
<b>Figura 10</b> – Aprovação do projeto de Estadualização .....	28
<b>Figura 11</b> – Matéria no Jornal da Paraíba sobre a Estadualização .....	29
<b>Figura 12</b> – Matéria no Jornal da Paraíba .....	30
<b>Figura 13</b> – Entrega de declaração pela gratuidade do ensino.....	31

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 Juventude em movimento e o contexto da educação superior em Campina Grande: experiência e participação política .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A URNe no contexto da educação: aspectos históricos .....</b>	<b>14</b>
<b>3. Movimento Estudantil e a Luta Pela Estadualização: Da URNe à UEPB ....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>33</b>

## **“A URNE NÃO FICARÁ ÓRFÃ”: A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ESTADUALIZAÇÃO DA URNE**

Derek Diógenes Farias Queiroz<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem o intuito de apresentar como se deu a participação do Movimento Estudantil no processo de estadualização da Universidade Regional do Nordeste – URNe. Visa, portanto, apresentar de que modo a participação política dos estudantes, organizados pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE e Centros Acadêmicos – CA's contribuiu com a efetivação e permanência da estadualização e na garantia do ensino gratuito naquela instituição. Desta forma, buscamos compreender a atuação política do Movimento Estudantil na estadualização da URNe, explorando o contexto histórico, as implicações deste processo e os principais rumos e decisões tomadas pelos estudantes que resultou nesta conquista tão importante da população paraibana.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil. Estadualização. URNe-UEPB/DCE.

### **RESUMEN**

El presente trabajo tiene el propósito de presentar como ocurrió la participación del Movimiento Estudiantil en el proceso de estadualización de la Universidad Regional del Nordeste - URNe y de qué modo la participación política de los estudiantes, organizados por el Directorio Central de los Estudiantes - DCE y Centros Académicos - CA's, contribuyó con la efectividad y permanencia de la estadualización y en la garantía de la enseñanza gratuita en aquella institución. De esta forma buscamos comprender la actuación política del Movimiento Estudiantil en la estadualización de la URNe, explorando el contexto histórico, las implicaciones de este proceso y los principales rumbos y decisiones tomadas por los estudiantes que fueron de crucial importancia para esta conquista de la población paraibana.

**Palabras claves:** Movimiento Estudiantil. Estadística. URNe-UEPB / DCE.

### **PRIMEIRAS PALAVRAS**

A principal motivação para nos debruçarmos no tema da estadualização da Universidade Regional do Nordeste – URNe, que se tornou a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, é demonstrar a importância da participação da juventude organizadas em movimento estudantil, pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE e Centros Acadêmicos – CA's, para a resolução da crise financeira que passava

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus Campina Grande. E-mail: [derek.queiroz@gmail.com](mailto:derek.queiroz@gmail.com).

esta instituição de ensino nos anos de 1980, pois acreditamos que sem este apoio não iria se concretizar e solidificar, de maneira proveitosa para todos os segmentos da URNe, o processo de estadualização.

Somado a isso, como concludente do curso de Licenciatura Plena em História e também ex-integrante do Diretório Central dos Estudantes e do Centro Acadêmico de História Eduardo Galeano, incomoda notar que, nos últimos anos, o DCE – UEPB e o Movimento Estudantil na UEPB se afastaram de sua posição de vanguarda e das lutas em favor das melhorias impostas a cada dia pelos estudantes dessa universidade.

A luta estudantil que fez germinar a estadualização da URNe nos chamou atenção ainda por propiciaram, além da fundação da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, que hoje é reconhecida nacional e internacionalmente pela sua contribuição na área educacional nos campos de ensino, pesquisa e extensão, também incentivaram a organização dos estudantes lhes dando subsídios promissores que vieram garantir outras conquistas inegáveis como a isenção de mensalidades ou mais recentemente, a luta pela autonomia, conquistada em 2004 pela Lei 7.643 de 2004.

Portanto, para melhor apresentar o tema referido, buscamos analisar a problemática de como foi a participação política do Movimento Estudantil no Processo de Estadualização da URNe? E de que forma esta participação política contribuiu na luta pela estadualização da universidade? Tendo como objetivo geral compreender o processo de participação política do Movimento Estudantil na estadualização da Universidade Regional do Nordeste.

Delimitando como objetivos específicos, trabalhamos na expectativa de mostrar o contexto histórico que influenciou na estadualização da Universidade Regional do Nordeste e as implicações deste nas mudanças que foram operacionalizadas na universidade, ainda, discutir sobre a trajetória política e as inferências sócio educacionais que culminaram na participação dos estudantes em movimento organizado, no âmbito da estadualização da URNe, além de perceber a importância política e social da juventude universitária no Movimento Estudantil.

Assim, neste trabalho, procuramos descrever as decisões e atitudes tomadas pelo movimento estudantil em torno da estadualização da Universidade Regional do Nordeste – URNe ocorrida entre os anos de 1985 a 1988. Discutindo à luz dos autores como Barros (2005) que nos explica sobre História Social, discorreremos

sobre os movimentos sociais, frisando acerca do Movimento Estudantil, mais especificamente, nos apoiaremos em leituras do autor inglês Thompson para apresentar a experiência dos estudantes, organizados por suas entidades representativas.

Desta forma, procuramos atender a essas respostas através do método de revisão bibliográfica que segundo Santos e Candeloro (2006, p.43) "revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico", dessa maneira expõe o que foi apresentado pelas fontes pesquisadas sobre a participação dos estudantes na estadualização da URNe com o intuito de analisar aproximações e/ou conflitos sobre estes acontecimentos. Fizemos ainda, uma análise de conteúdo de edições online e impressas de reportagem e colunas publicadas em jornais entre meados dos anos de 1985 a 1988 que fizeram referência a estes acontecimentos para vislumbrarmos como a mídia retratou esse assunto.

No processo de estadualização da URNe, ao mesmo tempo em que trabalhamos a memória e a juventude estudantil que claramente traz ao leitor a compreensão de como ocorreram os caminhos dos movimentos sociais na década de 80, a qual vem encerrar o período ditatorial no país, época de suma importância para se entender não só o passado, como também várias decisões atuais dos governantes do nosso país.

Para este estudo utilizaremos fontes documentais, com obras de autores como Porfírio (2008) que traz o início da trajetória do Movimento Estudantil da URNe e a conquista da estadualização, além de Barros (2005), para tratarmos "*A História Social: Seus Significados e Seus Caminhos*", e para discutirmos com o conceito de experiência de Thompson fizemos uso das leituras de Júnior (2011).

Além de trabalhos acadêmicos, foram utilizados também reportagens e imagens de fotógrafos independentes e jornais de vinculação estadual que cobriram várias articulações acerca da estadualização da URNe coordenadas pelos estudantes e a resposta da população e dos representantes do governo com relação a tal situação. Toda essa pesquisa alicerçou o presente trabalho para entendermos as dificuldades da instituição supracitada, as intenções da resolução dos problemas, também as opiniões dos representantes com relação ao assunto e como se efetivou a fundação da atual Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Por fim, pontuamos que o trabalho aqui apresentado foi organizado a partir de 3 sessões, saber: 1. Juventude em movimento e o contexto da educação superior em Campina Grande: experiência e participação política; 2. A URNe no contexto da educação: aspectos históricos e 3. Movimento Estudantil e a Luta Pela Estadualização: Da URNe à UEPB.

## **1. JUVENTUDE EM MOVIMENTO E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE: EXPERIÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.**

O movimento estudantil (M. E) no Brasil foi agente essencial nas melhorias do ensino educacional do país, fruto de uma grande corrente que permeava o cotidiano de estudantes por toda a América Latina. Desde a época colonial (1710) até a organização da sua entidade de representação, em 1937, alcunhada União Nacional dos Estudantes – UNE alunos em várias localidades já se organizavam e intervinham por questões pontuais de suas escolas e universidades. Como vemos na obra que conta a história do DCE da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES:

O Movimento Estudantil brasileiro passou por diversas fases ao longo de sua história, que vão desde o século XVIII até a atualidade. De um começo, com iniciativas e atitudes individuais, quando não se podia falar em movimento e coletividade, até a junção de forças, a organização, a consolidação do movimento e a participação ativa na vida política do país, que marcou profundamente a trajetória estudantil. (FIEGENBAUM, et al, 2012, p.13).

No Brasil, estudantes que retornavam de países europeus, foram um importante canal para a entrada dos pensamentos iluministas organizados em sociedades e clubes secretos, passaram a formar fileiras em movimentos que mudaram o curso da história como a Inconfidência Mineira (1789), Independência (1822), abolição da escravatura (1888), Proclamação da República (1889), Revolução Farroupilha (1835-45), Sabinada (1837-38). POERNER (1979).

Em 1917, na tensão da eclosão da primeira guerra, no Brasil Olavo Bilac conclama os estudantes a fazerem parte da Liga Nacionalista, que fez surgir um sentimento descomunal de nacionalismo nos jovens, sendo a Liga responsável por oferecer cursos de alfabetização para proletários. No período que vai do início de 1920 até a fundação da União Nacional dos Estudantes-UNE em 1937 a um hiato no M.E. brasileiro. Com a fundação da UNE, o M.E retoma suas questões e começa a

se movimentar novamente. Como podemos notar no exemplo dado por Martins (2002):

O período de 1945 a 1968 assistiu à luta do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública. Estava em pauta a discussão sobre a reforma de todo o sistema de ensino, mas em especial a da universidade.

A partir dessa contextualização das atividades juvenis na política nacional, concordamos com Mendes Júnior (1981) quando este divide a trajetória estudantil em quatro fases: “*A fase da atuação individual*” que corresponderia ao período colonial até o início do Império, o período que vai do Segundo Império à Primeira República foi intitulado pelo autor como “*Fase da Atuação Coletiva*”, esta que vai até 1937 quando a UNE é fundada e inicia-se a “*Fase da Atuação Organizada*” que sofre bruscos ataques com a instalação da ditadura militar em nosso país em 1964, mais especificamente com publicação do Ato Institucional nº 5 que, além de outras privações a liberdade, decretava a “suspensão de direitos políticos” e “proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”, dando início a “*Fase da Atuação Clandestina*” forçando a juventude a agir de forma ilegal para continuar a luta.

**Figura 1** - Congresso de Reconstrução da UNE.



Fonte: Milton Guran, Congresso de Reconstrução da UNE, 1979.

O período que foi de 1971 até 1979 desarticulou a UNE, porém na década de 80, com a extenuação do regime ditatorial, a entidade máxima de representação dos estudantes encontra sua militância em um frenesi político e mais ainda, engajada nas bandeiras de lutas históricas do Movimento Estudantil e a concretização da democracia no país, como é relatado em Müller (2014) sobre a história da UNE:

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi colocada na ilegalidade quando o regime militar se instalou, em 1964. Atuou na clandestinidade total depois da assinatura do Ato Institucional nº 5, em 1968, até início dos anos de 1970, quando a virulenta repressão desbaratou toda a diretoria. Mesmo no período considerado mais agudo da ditadura militar brasileira (1969–73), os estudantes privilegiaram a organização associativa como melhor forma de representação, e por ela lutaram. Tão logo os sinais de abrandamento do regime foram notados, o movimento tratou de reestruturar sua entidade nacional. (MÜLLER, 2014, p. 2).

O Congresso de 1979 foi marcante não só pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE, mas também por que se discutiu pontos cruciais como por exemplo se a luta estudantil iria permanecer de forma democrática ou se os estudantes iriam partir para luta armada, só com este exemplo pode-se ver quanta pressão o Movimento Estudantil estava sofrendo, com vários líderes desaparecendo e o quanto este evento levou decisões difíceis a pessoas que em sua maioria tinham menos de 25 anos.

## **2. A URNe NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS.**

O desenvolvimento do ensino superior ainda era lento no país nos anos de 1920 a 1940, segundo Sampaio (1991, p. 12) “*O modelo de universidade de pesquisa acabou sendo institucionalizado de modo muito parcial e apenas em algumas regiões do país, sobretudo naquelas mais desenvolvidas*”, ao salientar que a primeira Universidade a oferecer cursos variados foi a do Rio de Janeiro a autora chama a atenção de que: “*Nos cerca de vinte anos que se seguiram à implantação das primeiras universidades, o ensino superior não experimenta nenhum crescimento mais significativo*” (SAMPAIO, 1991, p. 13), para, além disso, vale o destaque de NUNES (2016) quando afirma que:

Até o final de 1945, funcionavam no Brasil apenas cinco universidades, enquanto nos anos de 1930 a 1945, foram fundadas 181 escolas de ensino superior isoladas (FAVERO, 2000 apud SGUISSARDI, 2014). O surgimento tardio das universidades no Brasil e a lenta expansão resultaram num cenário restrito para o acesso à educação superior pública. NUNES (2016).

A ideia do ensino superior só chegou ao estado da Paraíba na década de 1920 com a criação da Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia, esta escola seria a transição entre o ensino básico e o superior, porém apenas em 1948 se é criado uma comissão federal para se tratar especificamente o ensino superior do país.

Com o avanço das políticas populistas, que aconteceu no final dos anos de 1940 e durante a década de 1950, é que ocorre crescimento significativo instituições de ensino superior na Paraíba. Entretanto, a implementação do modelo universitário no estado sofreu severas críticas e desconfiança por parte de vários setores políticos e sociais do país como afirma, no seu estudo sobre a história o início do ensino superior na Paraíba, BEZERRA (2006):

A instalação do Ensino Superior na Paraíba, através das faculdades e escolas isoladas, encontrou forte resistência do Centro-Sul do país, de estados vizinhos, de órgãos do governo federal e, até mesmo, a falta de confiança dentro do próprio estado. Para representantes políticos e a imprensa do Sudeste, não havia a necessidade de um ensino tão elevado em um estado de pouca expressão econômica como a Paraíba. O estado de Pernambuco tinha interesse em manter o monopólio de verbas destinadas à educação superior na região. Assim, a Diretoria de Ensino Superior (órgão ligado ao Ministério da Educação, no Rio de Janeiro) dificultou o reconhecimento das instituições, argumentando a proximidade territorial com Recife (detentora de uma tradicional Faculdade de Direito formadora da intelectualidade de boa parte da elite nacional). Dessa forma, a precariedade das instalações físicas, os poucos recursos financeiros e a falta de qualificação de profissionais, justificavam a não autorização de funcionamento das instituições de ensino superior na Paraíba.

Todavia, a disseminação do ensino superior no país ganhava força, mais representantes políticos dos estados buscavam a fundação de universidades em seus estados, no final da década de 1950, a maioria das capitais já tinha fundado suas instituições seja federais ou estaduais, como nos mostra RODRIGUES (1986, p. 101).

Para satisfazer às pressões latentes ou manifestas, os governos estaduais criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premida pelos gastos que a iniciativa implicava, o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários. O ensino superior ia-se desenvolvendo espontaneamente e o poder público federal assumia a posteriori o encargo de mantê-lo ou complementá-lo. (RODRIGUES, 1986).

Nesta proliferação do ensino superior, a Universidade Regional do Nordeste surgiu em resposta à crise que passavam as Faculdades de Filosofia e Serviço Social que funcionavam de maneira independente em Campina Grande – PB, o estudo que tornou a criação da URNe foi elaborada pelo Secretário da Prefeitura Edvaldo Souza do Ó, auxiliado pelo professor Lopes de Andrade, que recebeu o aval do então prefeito Williams Arruda este se tornaria o primeiro Reitor da instituição criada após a Lei municipal número 23 de 15 de março de 1966, de autoria também de Arruda, foi autarquia municipal de Campina Grande - PB, como esclarece o histórico virtual da UEPB:

A Fundação Universidade Regional do Nordeste foi criada pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, mantenedora da Universidade Regional do Nordeste, na gestão do Prefeito Williams de Souza Arruda [...]. Por unanimidade, foi escolhido o nome do prefeito Williams Arruda para presidir a Fundação e, ao mesmo tempo, exercer o cargo de primeiro reitor [...] como vice-reitor foi eleito o economista Edvaldo de Souza do Ó, que terminou assumindo a Reitoria em julho de 1966.

Desta forma ocorreu uma integração de todas as Faculdades que funcionavam no município e não faziam parte da Universidade Federal da Paraíba – UFPB que mantinha o seu Campus II instalado na região. Assim além das já citadas Faculdades de Filosofia e de Serviço Social, também passaram a fazer parte da URNe a Faculdade de Direito de Campina Grande, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Faculdade de Odontologia de Campina Grande e cria-se nesta lei, a Faculdade de Ciências da Administração. (PORFÍRIO, 2008, p. 22-24).

Tais cursos passaram a funcionar em prédios cedidos pelo Poder Público Municipal somados aos que pertenciam as Faculdades que passaram a compor a instituição, que foi proclamada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 63.572, de 10 de julho de 1968, tendo sido autorizada a exercer funções como entidade de ensino superior pelo Decreto Federal nº 72.539, de julho de 1973 e tardiamente reconhecida pelo Ministério da Educação em 1996, quando a instituição

comemorava os 30 anos de fundação e nove anos após sua estadualização. (PORFÍRIO, 2008, p. 24-26).

**Figura 2** – Início da construção do campus da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Arquivo de Histórico.

Desde a sua fundação até a década de 80, a URNe sofreu com várias crises financeiras, mas isso não afastou a classe estudantil da incessante tentativa de melhorias no âmbito educacional, pois, mesmo com a perseguição dos militares, principalmente no meio acadêmico, foi deflagrada uma greve estudantil (1967) em resposta a quantidade insuficiente de professores na instituição (PORFÍRIO, 2008 p. 28-29). No regime militar vários estudantes da URNe foram punidos e mesmo com a volta das eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) (1982), uma das chapas já anunciava a ideia de uma possível federalização da entidade:

PELA FEDERALIZAÇÃO DA URNe: A luta pela federalização da URNe continua. Mais do que nunca a comunidade universitária vai exigir que fosse atendida essa reivindicação, principalmente ao lado do Governo de Oposição que será eleito para dirigir os rumos de Campina, em 15 de novembro. (Carta-Programa chapa Mãos à Obra DCE-URNe 1982, p.51).

Desde sua fundação, a Universidade Regional do Nordeste, tem sido de extrema importância no campo educacional do estado, pois veio se desenvolvendo e acrescentando cursos durante toda sua trajetória não só na cidade sede que

contava com aproximadamente 20 cursos até a estadualização, passou a investir em outros municípios como Guarabira, que fica em torno de 90 km de distância, que recebeu os primeiros cursos fora de Campina Grande e após a estadualização em 1994. Posteriormente outros municípios foram sendo contemplados ora sendo analisados pelo potencial de desenvolvimento educacional da região ao qual estava inserida, ora por decisões políticas isoladas. (Pró-Reitoria de Graduação – UEPB, 2019).

**Figura 3** – Construção da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Arquivo de Histórico.

Atualmente, segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação da UEPB, a Universidade conta com sete campi distribuídos por todo estado nas cidades de Campina Grande (Campus I, sede) Lagoa Seca (Campus II), Guarabira (Campus III), Catolé do Rocha (Campus IV), João Pessoa (Capital, Campus V), Monteiro (Campus VI), Patos (Campus VII) e Araruna (Campus VII).

**Figura 4** – Entrada da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Universidade Estadual da Paraíba, Divulgação-UEPB.

Duas escolas agrotécnicas, que oferecem 52 cursos de graduação, dois cursos de mestrado, além dos cursos de especialização e curso preparatório para o Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM, que são ministrados por 890 professores, auxiliados por cerca de 690 servidores técnico-administrativos, atendendo mais de 19 mil alunos. Segundo o indicador de qualidade, realizado anualmente, que avalia as instituições o Índice Geral de Cursos (IGC) do Ministério da Educação – MEC, a UEPB, em 2017, somava a média 3 (em que 1 equivale como insatisfatório e 5 como excelente).

**Figura 5** – Complexo da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Portal Correio, 2019.

Recentemente o Impacto Acadêmico das Nações Unidas - UNAI, iniciativa que tem o objetivo de aproximar instituições de ensino superior com a Organização das Nações Unidas, reconheceu a estrutura e projetos desenvolvidos, pela Universidade Estadual da Paraíba, que passou a ser sócia do projeto que conta com milhares de instituições espalhadas em centenas de países. Segundo o professor Cláudio Lucena, atual diretor de Relações Internacionais da UEPB, os projetos desenvolvidos propiciaram tal reconhecimento e assegurou que vai manter o reconhecimento:

A Instituição recebe essa chancela pelo conjunto de projetos e iniciativas que já promoveu ao longo de sua existência e que estão alinhados aos objetivos da Unai. Agora, o compromisso passa a ser intensificar o trabalho para manter este reconhecimento, que é reavaliado periodicamente, e expandir esse impacto, para deixá-lo ainda mais visível para a sociedade paraibana (Redação, Portal Correio, 2019).

Com este reconhecimento mundial, a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB deve realizar, todos os anos, no mínimo um evento em apoio aos princípios globais que a instituição defende, que são por exemplo solução, através da educação, dos problemas advindos da pobreza, assegurar os compromissos com os

direitos humanos, busca de medidas sustentáveis para o meio ambiente, promover a paz, entre outros.

### **3. MOVIMENTO ESTUDANTIL E A LUTA PELA ESTADUALIZAÇÃO: DA URNe À UEPB.**

Há décadas, a área de educação, no Brasil sofria com várias precariedades chegando a ser conhecida como “*Década Perdida*”, SILVA (2001) afirma que:

A crise econômica dos anos 80 e as incertezas criadas pelos altos índices de inflação refletiram-se no ensino superior. O número de inscrições em exame vestibular baixou de 1,8 milhões em 1980 para 1,5 milhões em 1985, voltando a 1,8 milhões em 1989; o número total de vagas aumentou apenas de 404.814 em 1980 para 466.794 em 1989; o número de matrículas foi 1.377.286 em 1980 e 1.367.609 em 1985, chegando a 1.518.904 em 1989, um crescimento inferior ao da população (MEC/INEP, Relatório Anual, 2000).

Lamentável tais constatações apresentadas pelo conceituado Instituto Nacionais de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação que demonstraram como quando a crise financeira se intensificou, nos anos supracitados, a população se afastou da ala acadêmica. Na Paraíba essa realidade não se diferenciava. Mais especificamente na Universidade Regional do Nordeste – URNe, com sede em Campina Grande – PB (segunda maior cidade do estado), a diminuição dos recursos públicos gerava o aumento das mensalidades e conseqüentemente uma insustentabilidade para que os estudantes concluíssem a graduação. Desta forma a classe estudantil, organizados pelo Diretório Central dos Estudantes – DCE e pelos Centros Acadêmicos – CA's, não tiveram alternativa senão pressionar o governo e seus representantes para que fosse apresentadas opções para solução das debilidades e o retorno imediato do calendário letivo.

A federalização foi apresentada pelos discentes, após várias manifestações e manifestos lançados, em resposta imediata a crise, que se agravou a partir do ano de 1985, porém, como veremos posteriormente não chegou a ser concretizada, dando lugar a uma solução até então paliativa: A estadualização. (PORFÍRIO, 2008, p. 160-161).

O debate sobre a federalização ganhou cunho oficial em 26 de Novembro de 1975, a partir do projeto de lei nº 1.657/75 apresentado pelo então deputado Octacílio Queiroz (MDB), foi aprovado com unanimidade pelos parlamentares da

Câmara Federal no dia 16 de junho de 1983 o mesmo aconteceu, com algumas emendas, pelo Senado, porém, foi vetado veementemente pelo General Figueiredo, que estava à frente do comando do governo militar, em 20 de dezembro de 1983 e mantido pela falta de manifestações contrárias ao veto, por parte dos representantes do estado em tempo hábil. (PORFÍRIO, 2008, p. 173-174).

Inicialmente, a estadualização não agradou a maioria das lideranças estudantis, pois existiam várias dúvidas em diversos pontos do acordo entre o Governo Estadual e a Universidade e o intuito aguerrido de se conseguir a federalização, por outro lado, não apoiar a decisão poderia acarretar na falência eminente da instituição.

O Conselho de Entidades de Base [...] foi convocado pela diretoria do DCE da URNe em 21 de agosto de 1986 [...] pairava desconfiança de que o Estado não poderia arcar financeiramente com a universidade e o temor da perda das conquistas democráticas conseguidas pela comunidade universitária. Ao fim, os estudantes mostravam-se “abertos ao diálogo”. (PORFÍRIO, 2007, p. 180-181).

Vários debates foram feitos até a consolidação do acordo entre Governo do Estado e a fundação de apoio, a Fundação Universidade Estadual do Nordeste – FURNe, que teria um incentivo estadual de não menos de 30%, valor este exigido pelo DCE e de outras entidades do segmento da universidade. Como nos trouxe Porfírio (2008), ao relatar sobre a mensagem enviada pelo então Governador Milton Cabral ao Presidente da Assembleia Evaldo Gonçalves de Queiroz em agosto de 1985 que solicitava:

Autorização para celebrar um Convênio com a Fundação Universidade Regional do Nordeste, “pelo qual o Estado assume a responsabilidade pela complementação do pagamento das despesas de custeio e manutenção dos serviços da FUNDAÇÃO e dos Cursos mantidos pela UNIVERSIDADE, em percentual, no mínimo, a 30% (Art. 1º). Esse índice mínimo foi uma exigência do DCE, ADURNe, e AFURNe, como bem está expressa na Resolução do COEB. (PORFÍRIO, 2007, p.185).

Os projetos que envolviam o pacto Estado-FURNe, foram prontamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Legislativa e sancionados pelo Governador Milton Cabral e em seguida pelo prefeito de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima, (Diário Oficial do Estado da Paraíba, 30/10/1986). Entretanto, mesmo com esse apoio do Governo Estadual a crise na URNe não foi solucionada. Desta

forma os estudantes e outros segmentos da Universidade voltam a pressionar os representantes na busca que uma definitiva solução para os problemas que se perpetuavam. (PORFÍRIO, 2007, p.188).

Constatando que o projeto da federalização, sucessivamente sofria com barreiras impostas a comunidade acadêmica mudou sua tática e, se valendo do período de campanha eleitoral, para o pleito de 1986, o DCE convidou os dois então candidatos, Marcondes Gadelha e Tarcísio Burity, ao Governo Estadual para um debate, que foi realizado no Museu de Artes Assis Chateaubriand e tendo como pauta a resolução das dificuldades que apresentava a URNe.

Os dois concorrentes asseguraram que estadualizariam a URNe. Mesmo com a vitória de Tarcísio de Miranda Burity, o amparo estadual não veio, em resposta professores e, em seguida, funcionários da instituição deflagram greve nos primeiros meses do ano de 1987, com apoio do Diretório Central dos Estudantes, como deixou claro o presidente Porfírio em entrevista concedida ao jornal Correio da Paraíba em fevereiro daquele ano, na qual criticou o atraso dos salários dos professores e apontou que:

A única solução para o problema seria a comunidade universitária tomar uma decisão firme e acertada exigindo o ensino público e gratuito, conforme prometeu o Governador eleito Tarcísio Burity, através de uma grande mobilização, atraindo assim setores da sociedade campinense que se interessam em resolver a situação da Instituição. (Correio da Paraíba, 24/02/1987).

Após uma semana de sua posse o Governador eleito, Tarcísio Burity, compareceu a Campina Grande para solenidade de abertura do semestre 1987/1, mas o evento se tornou na verdade um ato político, pois como já citado os três seguimentos da universidade estavam unidos em greve, cobrando os salários que estavam atrasados e se deterioravam pela inflação que era atingia números altíssimos nessa época no país, o que logicamente impossibilitaria o início das aulas.

Neste clima de tensão, o auditório do colégio Imaculada da Conceição – Damas, no dia 23 de março de 1987, ficou repleto de estudantes, eufóricos, cobrando o cumprimento do acordo feito entre o governo e FURNe, além do cumprimento da promessa de campanha que era a estadualização da URNe. (PORFÍRIO, 2008, p. 191).

**Figura 6** – Solenidade de abertura do semestre 1987/1.

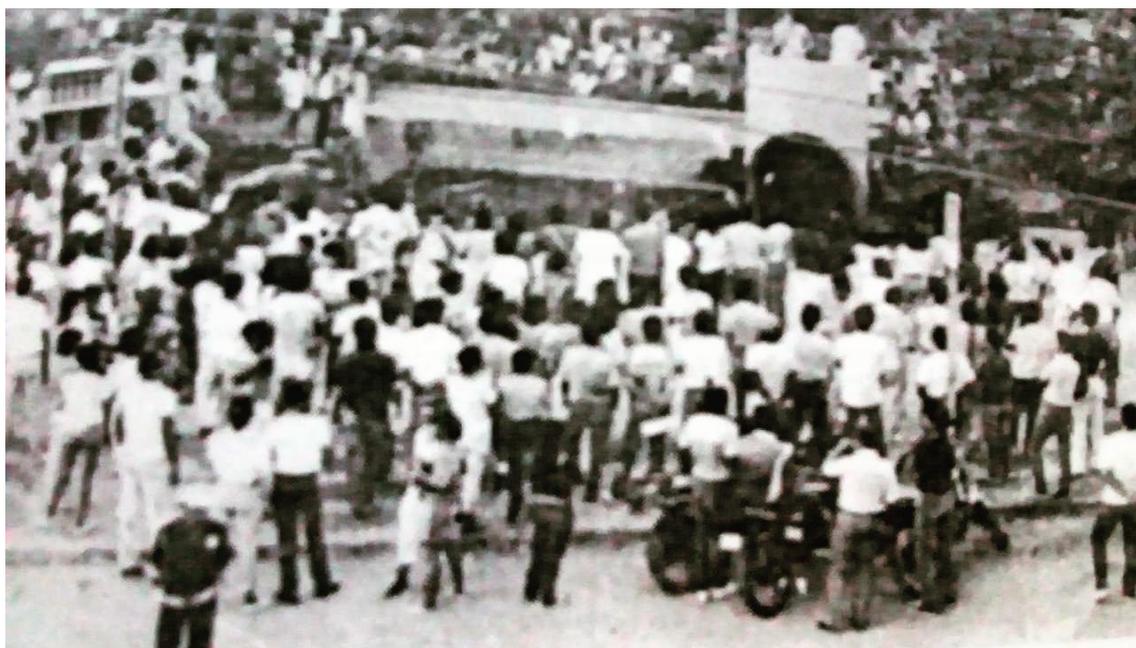


Fonte: Arquivo pessoal de Waldir Pofírio, 1987.

As manifestações de cobrança conquistaram sua meta, quando Burity ao iniciar sua explanação, proferiu que: “A URNe não ficará órfã, será estadualizada no meu Governo”. Ao se reunir com as lideranças estudantis e dos professores, o Chefe do Poder Executivo do Estado, assegurou que iria acatar a proposta do DCE de formar uma comissão com representantes da sua gestão somada a representantes das instituições da academia para estudar a estadualização, salientando que esta só se concluiria no ano seguinte, 1988, o que não agradou os estudantes que exigiam que a URNe fosse estadualizada imediatamente. (PORFÍRIO, 2008, p. 195).

Tal desgosto dos discentes fomentou a articulação para a primeira “paralisação pela estadualização”, que foi aprovada no Conselho de Entidades de Base – COEB e ocorreu no dia 27 de maio de 1987. Apesar do Reitor à época, Sebastião Vieira, se pronunciar contrário à paralisação, em debate que fazia parte da programação, a paralisação alcançou todos os cursos da instituição e contou com apoio de professores e funcionários. Além do debate com o tema “A crise da Universidade e suas alternativas”, ocorreu um ato público na praça da bandeira reunindo muitos estudantes e apoiadores da manifestação. (PORFÍRIO, 2008, p. 196-197).

**Figura 7** – Manifestação pró-estadualização.



Fonte: Arquivo pessoal de Waldir Pofírio, 1987.

As manifestações conseguiram a meta, pois foi constituída uma comissão que tratou a estadualização da URNe. Esta foi constituída por quatro autoridades designadas pelo Governo Estadual, uma da Universidade Federal da Paraíba e quatro membros que representaram a URNe. Se estabeleceu ainda, como prazo, o início de agosto de 1987 quando entregaram os seus pareceres sobre a possibilidade da Estadualização.

Enquanto isso, o DCE se reuniu com os estudantes para analisar, discutir e chegar num consenso de qual era o modelo de universidade que estes almejavam. Como relacionaram os meios de comunicação, inclusive o jornal “*A União*” dirigido pelo governo estadual.

Figura 8 – Matéria do Jornal A União sobre a estadualização.



Foto: Jornal A União 1987.

O documento resultante da comissão trouxe algumas discussões em torno do nome que a nova instituição iria receber, também com relação ao município sede, pois alguns membros sugeriam que a sede fosse em João Pessoa, mas o ponto de maior importância para os estudantes, sem dúvida, foi a proposta de que os estudantes deveriam pagar “mensalidades simbólicas”, o que fez o então presidente do Diretório Central dos Estudantes, fazer uma declaração veementemente contra tal proposta como podemos notar na “ata da quinta reunião da Comissão de Estudos sobre a Estadualização da Fundação Universidade Regional do Nordeste – FURNE” que ocorreu no dia 24 de agosto de 1987, este documento relata que:

O presidente do DCE, Waldir Porfírio da Silva, na oportunidade, defendeu que a gratuidade do ensino esteja inserida no Relatório que será entregue ao Governador, argumentando que o ensino pago na URNe esta gerando uma grande evasão escolar e que aquela Universidade não tem condições de arcar com as mensalidades por serem na sua grande maioria trabalhadores do comércio e da indústria, além de receber, a URNe, um grande número de estudantes de outros municípios da Paraíba e até de outros Estados da Região Nordeste, demandando para estes um grande gasto com aluguel, alimentação, ônibus e outros gastos necessários para sua sobrevivência em Campina Grande.

O último encontro da Comissão de Estadualização, aconteceu em João Pessoa, com a presença maciça de estudantes, professores e funcionários que acompanharam a aprovação do relatório que entre outras coisas sugeria a “ampliação e melhoramento do espaço físico para as bibliotecas setoriais, laboratórios e salas de aula, no sentido de maximizar os resultados didático-pedagógicos”, além de acatar a proposta do Presidente do DCE de “propiciar o ensino público e gratuito”.

**Figura 9** – Encontro da Comissão de Estadualização.



Fonte: Arquivo de Histórico da Universidade Estadual da Paraíba, 1987.

No dia 5 de setembro de 1987, em solenidade, que aconteceu no ginásio César Ribeiro, de colação de grau de graduação dos estudantes do semestre 1987/1, Tarcísio Burity assinou o documento que criou a Universidade Estadual da Paraíba, nome este de sua própria escolha. O orador que representava os estudantes, Antônio de Pádua Pombo, ao fazer uso do parlatório, exaltou a decisão tomada pelo Governador como se pode verificar em seu discurso transcrito pelo jornal Diário da Borborema de 6 de setembro de 1987:

O dia 5 de setembro de 1987 sempre será lembrado pelo povo campinense como a data de sua redenção, de sua independência e, sobretudo, de reconhecimento do Governador Tarcísio Burity por ter

sabido identificar, com sua sensibilidade de homem público, a importância da Universidade Regional do Nordeste para toda região. (Diário da Borborema, 1987).

O projeto de lei, que criava a Universidade Estadual da Paraíba, estipulava que esta funcionaria como uma autarquia, decisão do próprio Burity, tendo como objetivo expandir o ensino, a pesquisa e a extensão. Após ser aprovado no mês de setembro pela Assembleia Legislativa, Comissão de Justiça e o Poder Legislativo Estadual, foi validado sob a Lei nº 4.977, assinada pelo Governador Tarcísio Burity no dia 11 de outubro de 1987 nas festividades do 123º aniversário de emancipação política de Campina Grande, no Parque do Povo. Entretanto, o projeto de Lei se abstinha em relação à gratuidade do ensino na instituição recém-criada, o que mais uma vez forçou os estudantes a se unirem em mobilização na intensão de garantir mais esta conquista.

**Figura 10** – Aprovação do projeto de Estadualização.



Fonte: Arquivo Diário da Borborema, 1987.

O Governador tinha a intensão que os estudantes pagassem as mensalidades, no mínimo, do segundo semestre do ano de 1987, como afirmou a então Reitor Sebastião Vieira, que afirmava que não era contra a luta pela gratuidade do ensino, mas pedia a compreensão dos estudantes, pois o orçamento para a estadualização só estaria disponível no ano seguinte e que a quantia a ser

paga pelos estudantes nos últimos meses seria irrisória tendo em vista que o valor da mensalidade estava fixo já havia dois semestres.

**Figura 11** – Matéria no Jornal da Paraíba sobre a Estadualização.



Fonte: Jornal da Paraíba, 1987.

Para os dirigentes do Diretório Central dos Estudantes, a justificativa para a extinção do pagamento se dava pelo motivo da Instituição ter se tornado uma autarquia e com o crédito especial de 76 milhões de cruzados, que a lei da estadualização previa que o governo obrigatoriamente repassasse, supriria os custos, além disso, lembraram que:

A manutenção daquela universidade, até meados da década de 1970, adivinha dos estudantes e dos poderes públicos, e que estes, aos poucos, foram se retirando da receita da URNe, deixando que os alunos arcassem com todo o peso, o que provocou uma evasão escolar na média de 798 estudantes por semestre. (PORFÍRIO, 2008, p. 231).

Após diversas assembleias, os estudantes entraram em comum acordo de não pagarem as mensalidades referentes ao segundo semestre de 1987 e que entregariam os carnês de mensalidades ao DCE, que aspiravam fazer com que o próprio Burity queimasse tais documentos em ato público. Centenas de carnês foram recolhidos pelo Diretório, o segundo passo em busca da conquista da gratuidade foi auferir o apoio da sociedade, para isto foi solicitado o palanque da Câmara dos

Vereadores, no dia 1º de outubro de 1987, para expor a motivação das suas reivindicações, que ocorreu após uma caminhada com mais de 500 estudantes. (Jornal da Paraíba, 02/10/1987).

**Figura 12** – Matéria no Jornal da Paraíba.



Fonte: Jornal da Paraíba, 1987.

Porém a mídia circulava notícias de que Governador Burity, permanecia irreversível de sua decisão e que o Diretório Central dos Estudantes, deveria devolver os talões de mensalidade para que os estudantes efetuassem o pagamentos normalmente. Como era esperado, o DCE, respondeu com paralisações, manifestações e a persistência na luta pela exoneração deste pagamento, com grande divulgação dos meios de comunicação como pode ser visualizado no Jornal da Paraíba de 21 de outubro de 1987:

Continuar a luta em prol do não pagamento do semestre letivo 87.2, foi essa proposta aprovada, na reunião de ontem, com a direção do Diretório Central dos estudantes da Universidade Estadual da Paraíba [...] ficou acertado ainda que o DCE não devolverá os carnês aos estudantes, pelo contrário, vai arrecadar o restante. (Jornal da Paraíba, 1987).

Uma paralisação foi programada, pela classe estudantil e com apoio dos professores, para o dia 25 de novembro de 1987, data em que Tarcísio Miranda Burity, viria à cidade para inaugurar o Teatro Severino Cabral. Foi entregue pelos estudantes uma declaração impressa que pedia a gratuidade do ensino, ao Governador.

**Figura 13** – Entrega de declaração pela gratuidade do ensino.



Fonte: Arquivo Pessoal de Waldir Porfírio, 1987.

Tal encontro animou as lideranças do Movimento Estudantil paraibano, fazendo-os acreditar numa rápida resposta em favor de suas deliberações. O Chefe do Poder Legislativo do Estado enviou carta à direção do Diretório Central dos Estudantes, informando que o Secretário de Educação, à época Rui Dantas, daria em breve seu parecer, este que veio em fevereiro de 1988, quando a Secretaria de Educação informou que os estudantes estavam isentos do pagamento das mensalidades, instaurando assim o ensino público e gratuito na recém-fundada Universidade Estadual da Paraíba e mais uma vez consolidando a vitória do Movimento Estudantil unificado e organizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho teve a intenção de trazer a luz, a importância da estadualização da URNe, que viria se tornar Universidade Estadual da Paraíba, mas principalmente explorar o papel do Movimento Estudantil, organizado nas entidades de representação estudantil, que foram, o Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos.

Nesse processo buscou-se ainda apresentar as dificuldades que os estudantes presenciaram e a forma como enfrentaram tais adversidades, com

manifestações, atos, panfletos para esclarecer e conquistar a simpatia da população e sempre sem perder o espaço ou subjuagar-se a decisões arbitrárias e/ou que não condiziam com as necessidades apresentadas pela sua classe.

Durante todo seu desenvolvimento até os dias atuais, o ensino superior teve dificuldades no Brasil, principalmente os que funcionam no sistema público. Como explorado neste trabalho, o Movimento Estudantil esteve sempre em busca da consolidação do ensino público, gratuito, de qualidade e que tivesse compromisso com o Ensino, a Extensão e a Pesquisa, mas, sempre buscando melhorias, pois com essas conquistas é visível o crescimento intelectual e qualificação acadêmica de todos os envolvidos, principalmente a sociedade que os rodeia.

Tais lutas, que passaram os estudantes de todo país, também foram experienciadas pelos discentes da Universidade Regional do Nordeste, que gloriosamente se prontificaram em tomar o papel de vanguarda para alcançar os anseios da classe a qual representavam organizados e confiantes de suas vitórias.

Como foi relatado sobre o caso da estadualização da URNe que veio a se tornar Universidade Estadual da Paraíba e também na conquista memorável da isenção das mensalidades. É certo que várias outras complicações surgiram após estas conquistas e surgirão no futuro, mas entendemos que se essas conquistas forem lembradas em épocas de crise, o Movimento Estudantil terá provas empíricas de que a união coletiva e a luta incessante e sem medo conseguiu solucionar de maneira proveitosa grandes crises culminando em benefícios para a população da região em sua maioria.

## REFERÊNCIAS

ADUEPB. **Histórico**. Disponível em: <https://aduepb.com.br/historico/>. Acesso em: 30 de mai. 2019.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: Seus Significados e Seus Caminhos, LPH, **Revista de História da UFOP**, nº 15, Ouro Preto, 2005.

BEZERRA, Francisco Chaves. **História, Cultura e Ensino Superior na Paraíba: Implantação, Estadualização e Federalização**, Revista de história, jul/dez, 2006.

COELHO, Thiago da Silva. A imagem como fonte histórica: Enigmas e Abordagens. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez, 2012.

FIEGENBAUM, Jones, **Movimento Estudantil Universitário: história do Diretório Central de Estudantes da Univates**. Jones Fiegenbaum, Patrícia Scheneider, Neli T. G. Machado. Lajeado: Ed. da Univates, 2012.

HELENE, Otaviano. **A atual crise educacional**. Estadão, 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,a-atual-crise-educacional,497939>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

INEP. **Índice Geral de Cursos (IGC)**. Disponível em: <http://inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc-> Acesso em 30 de mai. 2019.

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. Arquivos, **Anais – ANPUH**, São Paulo, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. São Paulo, Acta Cirúrgica Brasileira, 2012.

NUNES, Roseli Souza dos Reis. **A permanência dos estudantes que ingressaram por ação afirmativa: a assistência estudantil em foco**. Cuiabá, Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

PLANALTO. **Ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm). Acesso em: 28 de mai. 2019.

POERNER, Artur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A, 1979.

PORFÍRIO, Valdir. **Anos de luta: Da intervenção do DCE à estadualização da URNe**. Campina Grande: Eduepb, 2000.

PORTAL CORREIO. **ONU reconhece UEPB como instituição de impacto acadêmico**. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/onu-reconhece-uepb-como-instituicao-de-impacto-academico/> Acesso em: 09 de jun. 2019.

PORTAL TV CARIRI. **UEPB oferece 650 vagas para cursinho Pró-Enem.** Disponível em: <https://www.portaltvcariri.com.br/uepb-oferece-650-vagas-para-cursinho-pro-enem/> Acesso em 30 de mai.2019.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e Universidade:** Um estudo de Caso. João Pessoa: SEC/PB, 1986.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do Ensino Superior Brasileiro:** 1808 -1990. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SANTOS, V. D.; CANDELORO, R. J. **Trabalhos Acadêmicos:** Uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: AGE Ltda, 2006.

SILVA, Débora. **Conheça a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).** Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/conheca-a-universidade-estadual-da-paraiba-uepb/>. Acesso em: 13 de mai.2019.

SINTESPB UEPB. **Legislação.** Disponível em: <http://sintespbuepb.org/category/legislacao/> Acesso em 30 de maio. 2019.  
UEPB. **Histórico.** Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/a-uepb/historico/> Acesso em 13 de mai. 2019.

UEPB. **PROGRAD.** Disponível em: <http://proreitorias.uepb.edu.br/prograd/cursos-de-graduacao/> Acesso em: 13 de mai. 2019.

UEPB. **Universidade Estadual completa 49 anos com história de dedicação à Paraíba e ao povo paraibano.** Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/universidade-estadual-completa-49-anos-com-historia-de-dedicacao-a-paraiba-e-ao-povo-paraibano/> Acesso em: 31de mai.2019.